

Um convidado indesejado: Che Guevara e atuação cubana na reunião do Conselho Interamericano Econômico e Social de 1961.

ANA CECÍLIA ALVES NÔGA¹

A partir do fim da Segunda Guerra o mundo vivenciou um intenso conflito entre as duas maiores potências da época, os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Esse embate de escala global marcou as relações internacionais até quase o fim do século quando a União Soviética se desfez, marcando o fim do conflito e o início de um mundo multipolarizado (CHOMSKY, 2003:26). No final um evento provocou um adensamento desse conflito bipolar dentro do continente americano, considerado até então área de influência “natural” dos Estados Unidos, a Revolução Cubana. Em consequência desta revolução, os encontros políticos e econômicos entre as nações do continente americano passaram a ter um requinte de embate ideológico entre Estados Unidos e Cuba. Esse trabalho procura, portanto, apresentar um desses momentos de conflito entre essas duas ideologias ocorrido na reunião do Conselho Interamericano Econômico e Social, em 1961, e assim investigar quais os argumentos cubanos foram expostos, nesta reunião, e qual foi o posicionamento dos Estados Unidos diante desse afronte de Che Guevara, a partir dos telegramas enviados pela Embaixada americana no Uruguai para o Departamento de Estado americano.

Entre os dias 6 e 17 de agosto de 1961 ocorreu em Punta del Este, Uruguai, a reunião do Conselho Interamericano Econômico e Social. Nela estiveram reunidos os principais líderes políticos da América Latina, incluindo Ernesto “Che” Guevara, o representante cubano. A finalidade desta reunião foi discutir o então novo programa da política externa dos Estados Unidos para a América Latina, a Aliança para o Progresso, cujo intuito era desenvolver economicamente e socialmente os países latino-americanos.

Durante o período desta reunião diversos telegramas foram enviados pela Embaixada americana no Uruguai para o Departamento de Estado americano, relatava-se nestes telegramas os principais pontos relativos às reuniões com as delegações sobre a

¹Graduada em História (Licenciatura) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atualmente cursando História (Bacharelado).

implantação da Aliança para o Progresso². Ela tornou o principal programa da política externa norte-americana para a região, sendo um grande esforço do governo dos Estados Unidos para exercer influência na América Latina no início da década de 1960. Naquele momento, a administração Kennedy ecoava um discurso segundo o qual o governo dos Estados Unidos se propunha a alargar suas fronteiras levando seus valores para a América Latina. Com esse projeto de ajuda financeira:

a administração John Kennedy propunha, entre outras coisas, igualdade de oportunidades para todos os norte-americanos, ampliação dos direitos civis, ajuda federal à educação e à saúde, e avanços na exploração espacial. Ao mesmo tempo, procurava mobilizar a população para que agisse nessa direção. Ficou famosa a sua frase: “Não pergunte o que o seu país pode fazer por você, mas o que você pode fazer pelo seu país”. Para a América Latina, a idéia de New Frontier esteve relacionada à Aliança para o Progresso, que procurava promover o desenvolvimento, evitando assim a penetração do comunismo no continente. (PEREIRA, 2005:67)

No discurso de ajuda da política externa americana havia nesse “Plano Marshall” para a América Latina o interesse de evitar a uma possível expansão do comunismo pelo continente no contexto da Guerra Fria. O quadro agravou-se quando Cuba considerada o quintal dos Estados Unidos, sob a liderança de Fidel Castro e seus guerrilheiros tomam o poder a partir de uma revolução e passam a ter por orientação política o comunismo no início dos anos 1960. Por isso, havia uma presença e preocupação constante nos telegramas ao relatarem as ações dos cubanos na reunião em Punta del Leste.

Assim, as expectativas americanas eram de que os países latino-americanos assinassem este acordo e se comprometessem a trabalhar para desenvolverem-se social e economicamente, para tanto este progresso seria impulsionado por uma ajuda financeira dos Estados Unidos. Percebe-se a partir da análise das palavras do secretário americano C. Douglas Dillon (Secretário do Tesouro), que esta reunião tornou-se momento oportuno para Cuba apresentar sua ideologia e atacar a proposta estadunidense, oferecendo uma nova proposta político-econômica e sugerindo aos países latinos que não aceitassem colaborar com a aplicação do projeto da Aliança para o Progresso em seus países.

Nos Estados Unidos se fortaleceu o discurso que Cuba era um território perdido para o comunismo e essa “doença” poderia se alastrar para a América Latina se medidas não fossem tomadas para o continente (SCHOULTZ, 2000:393). Nesse sentido a política externa

² Os documentos do acervo do Departamento de Estado utilizados foram trabalhos pela autora no projeto de pesquisa “Catalogação de Documentos da História das Relações entre Estados Unidos e América Latina (1961-1963)” sob orientação do professor Dr. Henrique Alonso de Albuquerque Rodrigues Pereira da Universidade Federal do Rio Grande.

necessitava esforçar-se para salvar os países do “seu” continente dessa ameaça. Assim, estava em jogo nesta reunião muito mais do que a apresentação de plano econômico, parecia necessário aos funcionários de Washington mostrar aos diplomatas dos demais países que Cuba se tornara uma ameaça para todo continente americano.

Por mais que Cuba fosse um convidado indesejado era necessário buscar entender seus planos tanto nesta reunião quanto para o futuro da sua política em relação ao resto do continente. Assim, quando trabalhamos os documentos do Departamento de Estado americano relacionado a este evento é notória a incerteza que os americanos tinham com relação as ações cubanas no evento. A partir destes telegramas pode-se notar que eles buscavam antever as “do posto avançado do comunismo na América” para planejarem uma resposta eficaz.

Sobre esta reunião Ruth Leacock (1990:68) afirma: “A conferência foi destacada em parte pelo contraste entre Dillon e Che Guevara, o chefe da delegação cubana. A imprensa sentiu o confronto desde o início.” Consultado os documentos percebemos que Dillon se relata como um injustiçado pela imprensa.

Segundo Dillon, ela havia escolhido ficar ao lado dos cubanos, chegando ao ponto de aumetar os fatos a favor deles. “Infelizmente imprensa está pondo-o para cima. Um exemplo foi a história imprecisa da nossa chegada a Montevideú, onde uma multidão pro-Castro numerada não mais do que 500 pessoas no lado de fora, apesar transporte ser gratuito.” E tentando minimizar a presença dos pró-Castro fala “os comunistas esperavam 5.000 e o resultado foi considerado pelo governo uruguaio como evidente declínio do prestígio de Castro”³. A pesquisa Ruth Leacock nos apresenta um quadro diverso sobre a mesma situação comentada por Dillon no telegrama:

Quando Dillon chegou a Punta del Este, vestido de casaco de um “banqueiro”, ele foi recebido pelo ministro das Relações Exteriores do Uruguai. Quando Guevara chegou com sua boina preta, camisa de gola aberta, e botas de combate, ele foi recebido por 2.000 estudantes admiradores, bem como funcionários da baía uruguaia. (LEACOCK, 1990: 68)

Esses fatos não foram relatados por Dillon e enfatizados como posicionamento favorável da imprensa aos cubanos.

³Telegram From the Embassy in Uruguay to the Department of State. Disponível em: <http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1961-63v12/d20>

Deste modo, Dillon inicia suas considerações sobre Cuba falando que até o momento, primeiro dia de reunião, Guevara não havia se saído bem. E, começou atacando outros países por acusarem Cuba e se mostrarem favoráveis a Aliança para o Progresso “Em sessão privada fez forte ataque a Beltran⁴ por mencionar-se favoravelmente a Aliança para o Progresso e ainda declarou que Cuba era um governo não-cristão, governo ateu e, portanto, impróprio para se referir a religião em discursos de conferência.”⁵

A pesquisadora Leacock, assim como Dillon, apresenta a atitude confrontista de Che:

Embora cooperativo nas sessões de trabalho, em público Guevara parecia buscar o confronto. Quando Dillon anunciou que os Estados Unidos iriam contribuir com 20 bilhões de dólares durante um período de dez anos, Guevara desafiou-o a provar que a quantia representava uma cifra "concreta" e que tinha sido "ratificada" pelo Congresso dos EUA. Não tinha. Na verdade, Dillon não tinha autorização para falar qualquer outra cifra exceto a de 1 bilhão dólares para o primeiro ano que o presidente Kennedy já havia prometido. (LEACOCK, 1990: 68)

O ataque cubano continuou nos dias seguintes, Guevara em um dos seus pronunciamentos leu alguns documentos que aparentemente haviam sido roubados de Caracas. O conteúdo deles dizia respeito à relação latino-americana em relação aos acontecimentos de Cuba e sobre os defeitos administrativos venezuelanos, e também sobre as escolhas que deveriam ser enfrentadas pela oligarquia.⁶ A preocupação americana era com a reação da Venezuela, pois estes eram documentos secretos do governo americano.

Ainda sobre as manifestações cubanas, neste momento Dillon mostra Che partindo para a apologia da forma de governo do seu país: “discurso de Guevara foi a apresentação do ponto de vista comunista. Ele claramente identificou Cuba como membro de pleno do bloco, falando da nossa ‘República Socialista irmã’.”⁷ Além disto, Che atacava a Aliança para o Progresso em sua totalidade e tudo na conferência, mas segundo Dillon havia tido pouca repercussão entre os outros delegados.

⁴ Beltran Espantoso, Pedro, Primeiro Ministro, Ministro das finanças, e Ministro do Comércio do Peru, 18 de julho, 1962

⁵ Telegram From the Embassy in Uruguay to the Department of State. Disponível em: <http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1961-63v12/d20>

⁶ Telegram From the Embassy in Uruguay to the Department of State. Disponível: <http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1961-63v12/d21>

⁷ Telegram From the Embassy in Uruguay to the Department of State. Disponível: <http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1961-63v12/d22>

Em combate ao discurso político de Che, Dillon passa a ideia de que não era apenas os americanos que não buscavam colocar os problemas políticos em discussão, mas também os demais países:

Desde o discurso de Guevara francamente político e assim caracterizado por ele e, desde que o presidente da conferência solicitou a todos os delegados para evitar comentários políticos e se manter nos negócios, não achamos adequado engrandecer o desempenho de Guevara ao entrar em discussão com ele aqui. O que o Departamento de Estado pode importar-se a dizer em resposta a Guevara é outra questão, eu acho que deve depender da reação ao seu discurso em todo hemisfério.⁸

Em outro momento Dillon apresenta uma nova posição de Cuba ao buscar garantias contra a agressão econômica, como o boicote, em suas palavras: “Cuba (Guevara) deixou claro seu desejo de discutir o Tratado de Montevideu como de interesse para os não signatários considerando em juntar-se ao Mercado Comum.”⁹ Sob o acordo de integração econômica (LAFTA - Associação de Livre Comércio Latino-Americana), criado em 1960, entende-se que Guevara buscava estabelecer contratos de longo prazo, como salvaguarda contra a interrupção do comércio como resultado a pressão política.

Após a apresentação dos posicionamentos cubanos, Dillon, começa a sugerir ao Departamento de Estado americano medidas que poderiam ser tomadas até o fim da conferência. O primeiro ponto a ser refutado, segundo ele, diz respeito aos documentos apresentados por Guevara supostamente roubados da Venezuela, sugerindo:

Seria muito útil aqui, se no momento apropriado perto do final da conferência, podermos anunciar que documento supostamente secreto lido por Guevara já havia sido fornecido e discutido com o Governo venezuelano. Essa reavaliação seria de grande ajuda no descrédito Guevara. Reconhecer o problema colocando-o pela diferença de duas versões. Se Departamento e o embaixador concordar, sugerir ao Embaixador a discutir francamente com Betancourt para ver se algo ao longo destas linhas seria prático.¹⁰

No telegrama seguinte Dillon volta a requisitar idéias do governo para criar as melhores táticas afim para lidar com Cuba até o fim da conferência. Pois, supunha que “Pode-se esperar que os cubanos perguntarão se vão ou não ser elegíveis no âmbito da aliança.” E

⁸ Idem.

⁹ Telegram From the Embassy in Uruguay to the Department of State. Disponível: <http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1961-63v12/d24>

¹⁰ Telegram From the Embassy in Uruguay to the Department of State. Disponível: <http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1961-63v12/d25>

em resposta considerava falar que como Cuba não aprovou o Ato de Bogotá e não é membro dos bancos IDB (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e IBRD (Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento), por essas razões, não está apto para receber as ajudas de progresso social, e que os EUA não tem a intenção de ajudar Cuba enquanto for controlado pelo Comunismo internacional.

Após este pronunciamento, segundo Dillon, “podemos esperar como resposta cubana que isso prova que a conferência foi politicamente organizada para separar Cuba de outros governos latino-americanos e que, apesar de Cuba estar preparada para assinar esse ato final tornou-se impossível para ela fazer isso. Alternativamente, Cuba pode anunciar firme intenção de assinar documento e tente dar a entender que eles de alguma forma por assinarem ganham direito de ser assistido. Isso pode representar problema se os EUA e Cuba assinarem mesmo documento (...) nós não podemos permitir que Cuba destrua conferência por ato tático da assinatura do documento satisfatória para os EUA e outros”¹¹. Portanto, a partir destas afirmações de Dillon, percebe-se que o propósito de Cuba estar lá é mostrar suas intenções com relação aos Estados Unidos e ao resto do continente e não se tornar signatário, esta não era uma opção. A menos que Cuba deixasse de ser comunista, esta não parecia ser uma opção para os cubanos.

Se nenhum desses eventos ocorresse e Cuba continuasse em silêncio, o que era improvável para Dillon, mesmo assim, ele pretendia incluir na declaração final um parágrafo sobre Cuba, com o seguinte pronunciamento:

A delegação dos EUA acha que conferência está de parabéns, pois não se deixou desviado do seu trabalho. Pela tentativa de uma delegação de injetar questões políticas para esta conferência. Embora a declaração de abertura do delegado cubano estivesse cheia de imprecisões, de inverdades, sobretudo em relação aos Estados Unidos, eu não desejo sobrecarregar esta conferência com uma resposta detalhada a estas acusações falsas. Eu simplesmente aproveitei esta oportunidade para negar categoricamente todas as acusações de agressão contra o povo cubano. Eu gostaria de enfatizar que esta reunião não é o lugar para discutir questões políticas. Há um lugar em nossa organização para tais discussões. Nós todos sabemos qual é. Se o atual governo de Cuba realmente deseja discutir situação de Cuba estão perfeitamente conscientes de que o fórum adequado é o Conselho da OEA, e não esta reunião.¹²

O Departamento de Estado acreditava não ser bom enfrentar Cuba neste momento, mais importante era ter os países latino-americanos como signatários da Aliança

¹¹Telegram From the Embassy in Uruguay to the Department of State. Disponível: history.state.gov/historicaldocuments/frus1961-63v12/d26

¹²Idem.

para o Progresso. Por mais que tentasse desviar a política das declarações proferidas nas conferências, parecia inevitável tocar nesse assunto, especialmente quando economia estava intimamente ligada a política no período da Guerra Fria.

Ainda sobre os ataques da delegação de Cuba com relação a Aliança para o Progresso:

No dia anterior, na sessão de encerramento da conferência, tinha caracterizado a Aliança como um instrumento do imperialismo econômico dos EUA, que estava condenado ao fracasso por sua dependência em relação às classes privilegiadas governantes na América Latina para implementar reformas.¹³

A posição dos Estados Unidos com relação a Cuba fica evidente que para manterem relações econômicas e políticas, somente:

Quando Cuba tiver demonstrado por ações concretas a sua vontade de aceitar os princípios e obrigações da carta da Organização dos Estados Americanos e demais acordos solenes do sistema Inter Americano, poderá assumir o seu lugar como membro da respeitada família das nações americanas.¹⁴

Ao final da conferência, o objetivo americano havia sido alcançado, as ações de Cuba minimizadas e o apoio da maioria dos países a Aliança para o Progresso:

Os cubanos fizeram quatro ou cinco esforços para alterar a declaração, mas todas as suas emendas foram derrotadas por unanimidade, excepto para a Bolívia, cuja delegação seguiu linha reta comunista ao longo da conferência, claramente tomando orientação dos cubanos. O chefe da delegação boliviana estava doente e fora de ação durante conferência e este comentário não reflete sobre ele pessoalmente. O encerramento da conferência foi notável amostra de solidariedade por parte de todos, exceto Cuba e Bolívia.¹⁵

Portanto, entende-se que o propósito de Cuba estar lá é mostrar suas intenções com relação aos Estados Unidos e ao resto do continente e não se tornar signatário e participante da Aliança para o Progresso, esta não era uma opção. A menos que Cuba deixasse de se colocar como um novo território das revoluções comunistas, mas esta não parecia ser uma opção para o governo cubano. Por fim, temos a afirmação de Dillon que Guevara não teve

¹³Editorial Note. Disponível: <http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1961-63v12/d31>

¹⁴Telegram From the Department of State to the Embassy in Uruguay. Disponível: <http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1961-63v12/d27>

¹⁵Telegram From the Embassy in Uruguay to the Department of State. Disponível: <http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1961-63v12/d30>

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

sucesso em perturbar conferência. Todos os países menos Cuba optaram por entrar na Aliança. O governo cubano dali pra frente se vinculou com laços cada vez mais forte com a União Soviética mantendo um temido ponto vermelho no que os Estados Unidos consideravam seu quintal, a América Latina.

BIBLIOGRAFIA

CHOMSKY, Noam. *Contendo a democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LEACOCK, Ruth. *Requiem for Revolution: The United States and Brazil, 1961-1969*. Kent, Ohio: The Kent State University Press, 1990.

PATERSON, Thomas G.; CLIFFORD, J. Garry; HAGAN, Kenneth J. *American Foreign Policy – A history – since 1900*. D.C. HeathandCompany, 1983, 661 p.

PEREIRA, Henrique Alonso de A. R. *Criar ilhas de sanidade: Os Estados Unidos e a Aliança para o Progresso no Brasil (1961 -1966)*. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão – uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2000, 512 p.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. *Foreign Relations of the United States*. Washington, D.C.: Government Printing Office, 1996. Disponível em <<http://history.state.gov/historicaldocuments/>> 23 fev. 2012.

WEIS, W. Michael. *Cold Warriors and Coups D'Etat: Brazilian-American Relations, 1945-1964*. Albuquerque, University of New Mexico Press, 1993, 262 p.